

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.217 - RJ (2019/0241672-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS**
PROCURADOR : **ANDERSON HUGUENIN GONÇALVES E OUTRO(S)** - RJ142460
AGRAVADO : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **BRUNO FELIPE DE OLIVEIRA E MIRANDA E OUTRO(S)** - RJ181627
AGRAVADO : **CLAUDIA GEORGINA DE MORAIS**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESSARCIMENTO AO SUS. VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA ANTECIPATÓRIA DOS EFEITOS DA TUTELA. INTERNAÇÃO E REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO NA PERNA DA AUTORA. ACESSO À SAÚDE. DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL.

Deferimento da antecipação dos efeitos da tutela, sob o fundamento de estarem presentes os seus pressupostos.

In casu, a não realização da cirurgia prescrita causará dano de difícil e efetiva reparação à agravada, vez que, conforme o laudo médico acostado aos autos, a paciente Ponderação de interesses a justificar a prevalência do direito à vida e à saúde. Presença dos pressupostos à concessão da medida, em face da verossimilhança das alegações e do perigo da demora na prolação do final julgamento.

No tocante à fixação de multa diária, esta revela-se desnecessária, vez que, em caso de inexistência de vagas na rede pública de saúde, a parte autora deverá ser internada em uma das unidades hospitalares da rede privada, arcando os réus com todos os custos do tratamento, o que inclui cirurgia, exames e outros procedimentos necessários.

Parcial provimento do recurso.

Nas razões do recurso especial, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente sustenta a seguinte tese: negativa de prestação jurisdicional por violação ao art. 489, §1º, I, II, III, IV e V, do CPC/2015.

Salienta que deduziu que em virtude de condenação em ACP, o Estado do Rio de Janeiro está providenciando, nos próximos 12 meses, a expansão da rede SUS para atender a demanda do presente pleito e a obrigação imposta ao Município altera a programação do Governo Estadual, bem como transfere o respectivo ônus para os cofres

Superior Tribunal de Justiça

do Município.

Contrarrazões apresentadas.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

Apresentada contraminuta.

É o relatório. Passo a decidir.

Faz-se necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do recurso especial.

A pretensão não merece acolhimento.

Cinge-se a controvérsia de agravo de instrumento interposto com o intuito de reverter medida antecipatória concedida em 1ª instância, a qual determinou aos demandados que providenciassem, em cinco dias, os meios necessários para o tratamento pleiteado pelo demandante.

O Tribunal de origem ao analisar a causa considerou que direito que visa a ser tutelado possui amparo de direito fundamental, insculpido nos artigos 6º, 23, II, 196 e 198 da Constituição Federal.

Assim, diante da premente necessidade do tratamento em questão, concluiu que "a não realização da cirurgia prescrita causará dano de difícil e efetiva reparação à agravada, vez que, conforme o laudo médico e o exame de ressonância de fls. 15/16 (index 000008, dos autos em apenso), a paciente necessita, em caráter de urgência, da realização de cirurgia na perna, que está quebrada há aproximadamente 03 (três) meses". (fl. 44)

Com efeito, afasto a alegada ofensa ao artigo 489, eis que o acórdão recorrido se manifestou de forma clara e fundamentada sobre a matéria posta em debate e na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

Não há que se falar, portanto, em negativa de prestação jurisdicional, visto que tal situação somente se configura quando, na apreciação de recurso, o órgão julgador insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

De comum sabença, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso (c.f. AgRg no AREsp 107.884/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 16/05/2013), não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (c.f. EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 04/02/2014). Relembre-se, conjuntamente, que a motivação contrária ao interesse da parte não se traduz em maltrato ao artigo 489 do CPC/2015.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

